
Educação patrimonial nas escolas de Ensino Fundamental e Médio: a cultura material no bem cultural familiar

*Patrimonial education in Elementary and high teaching
schools: the material culture in the family cultural patrimony*

Alexandre Pena Matos

Resumo: A proposta desta oficina de Educação Patrimonial nas escolas de Ensino Fundamental e Médio é um ensaio para uma nova aplicação didática na temática de arqueologia. Ao utilizarmos o conceito “Bem Cultural Familiar”, como sendo qualquer evidência material ou manifestação da cultura resultante da relação entre o indivíduo e sua família, os ministrando recebem informações basilares sobre arqueologia, entre elas: conteúdo formal, métodos, imagens, vídeos. Na sequência, esses alunos e alunas investigam em sua residência os objetos que são especiais para a sua família, que tenham um significado de transpasse entre gerações, concretizando o objetivo-fim desta atividade: iniciar o aluno na compreensão da evidência da cultura material e dos diferentes modos de analisá-la em seus contextos, papéis, práticas e significados.

Palavras-chaves: Educação Patrimonial. Bem Cultural Familiar. Arqueologia.

Abstract: The purpose of this workshop heritage education in schools for elementary and high school is testing a new application for a teaching on the subject of archeology. By using the concept Property Cultural Family, as any material evidence or manifestation of culture resulting from the relationship between the individual and his family, the apprentices receive basic information about archeology, including: formal content, methods, photos, videos. Following these boys and girls delve into their homes objects that are special for their families, which have a meaning of transparency between generations. Realizing the end goal of this activity: students begin to understand the evidence of material culture and the different ways of analyzing them in their contexts, roles, practices and meanings.

Keywords: Patrimonial Education. Property Cultural Family. Archeology.

* Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). *E-mail:* penamatos@yahoo.com.br



A gama de informações oferecida ao indivíduo é de uma exorbitância sem fim. A aceleração do tempo e o encurtamento do espaço alteram o modo de percepção da realidade devido à maleabilidade que se dá na construção de memórias. Consequentemente, a manipulação ou o desconhecimento do patrimônio cultural para a sociedade e para esse indivíduo gera sentimentos de desconforto. É possível explorar uma das tantas variáveis que tal afirmação causa ao apresentar a esses sujeitos a lógica de mercado em uma redução a valor monetário. Determinada obra, edificação ou cultura poderá se perder por inteiro nesse contexto.

Também é possível explorar a questão de valorização de uma cultura sobre a outra ou vice-versa. O que também é desastroso, segundo Santos (2006, p. 29): “O desenvolvimento da humanidade está marcado por contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la.” Assim, a partir dessas afirmações, é viável construir variadas estratégias para fortalecimento do Patrimônio Cultural que vai da nação ao bairro, da sociedade a uma célula familiar.

A Educação Patrimonial tem se mostrado como uma ferramenta e não deve ser encarada como uma disciplina, pois, ao torná-la como tal, terminamos por engessá-la, passando a servir somente como uma matéria, mas, ao deixá-la como amálgama para circular entre as diversas disciplinas, tende a gerar efeitos sobre o grupo exposto. Esses efeitos são multiplicadores ou de mão dupla, onde o aplicador e aplicado trocam informações, e ambos se modificam. (MEDEIROS, 2010; SALADINO, 2010).

Conforme a autora Moraes (2005), a necessidade de trabalhar o Patrimônio Cultural nas escolas fortalece a relação das pessoas com suas heranças culturais, estabelecendo um melhor relacionamento dessas com esses bens, percebendo sua responsabilidade pela valorização e preservação do patrimônio, fortalecendo a vivência real com a cidadania, em um processo de inclusão social.

Nesse sentido, o presente trabalho pretende implementar a Educação Patrimonial por meio de uma oficina de arqueologia. Utilizando como aportes o *Guia básico de Educação Patrimonial* desenvolvido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que contém propostas para o desenvolvimento de ações que auxiliem e contribuam para o (re)conhecimento das pessoas no referente a questões de patrimônio. A bibliografia de relatos e experiências em Educação Patrimonial desenvolvidas pelo Professor Dr. André Luis Ramos Soares, que trata de um projeto de extensão e pesquisa, desenvolvido



pelo Núcleo de Educação Patrimonial do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria e, por fim, as oficinas temáticas que compõem o projeto “Arqueologia na Sala de Aula”, ministrada por mim ao longo dos anos de 2006 a 2008, e que foi desenvolvido pela Professora Ma. Juliana Maria Puhl Gomes, via Laboratório de Arqueologia e História da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) – Campus Gravataí.

A proposta decorre da aproximação entre as disciplinas de História e Arqueologia, consonante com o GT Cultura Material e Arqueologia, que tem como objetivo buscar novos espaços de discussão sobre a materialidade da cultura material para além da arqueologia, em uma prática transdisciplinar. Dentro dessa ótica, é sair do núcleo disciplinar que é a arqueologia e rumar para fronteiras de outras disciplinas, nesse caso flertar com as diversas áreas do conhecimento, entre elas, antropologia, história oral e história cultural. Com os objetivos na cultura popular e material, no cotidiano, nos aspectos familiares e antropológicos, nas práticas, nos padrões de modos de vida, nas visões de mundo, nos rituais, nas crenças e nas idéias.

Conforme a autora Gomes (2010), o trabalho arqueológico causa fascínio na grande maioria da população, independentemente de faixa etária ou escolaridade. O personagem dos cinemas *Indiana Jones*, salvaguardadas as devidas proporções, tornou essa ciência conhecida no mundo todo. Porém, a maioria das pessoas acredita que a arqueologia tem como objeto de estudo grupos humanos e dinossauros, demonstrando que sua metodologia é conhecida, mas ainda confundida com a da paleontologia. Outra grande parcela vê, nela, a busca por tesouros perdidos e objetos valiosos, “sequelas” dos filmes de *Indiana Jones*. Esse não é um problema que diz respeito apenas ao senso comum, vemos essa ideia difundida no próprio ambiente acadêmico. A autora ressalva:

Em alguns currículos de graduação em História, a arqueologia é contemplada como disciplina, mas na maioria deles entra como um conteúdo de Pré-História, cujo objetivo é indicar as fontes de pesquisa para a história dos povos ágrafos. E que povos são estes? (GOMES, 2010, p. 2).

Quando os estudantes, pesquisadores e arqueólogos implementam as oficinas nas escolas de Ensino Fundamental, terminam por levar materiais incomuns a essa população, e tais métodos e teorias estão



distantes de sua realidade. Termina por ser um dia “festivo”, sem raízes, pois o distanciamento de tais informações e apresentações de materiais não condiz com suas práticas cotidianas, e com o passar do tempo, essas oficinas caem no esquecimento. O que faz ecoar a pergunta da autora Gomes (2010): “Que povos são esses?”, se esses povos não estão registrados na epiderme desses indivíduos. Tal distanciamento faz com que a Educação Patrimonial proposta por esse grupo de oficinairos seja inócua.

Horta (1999) contempla a importância da Educação Patrimonial como desenvolvimento de uma visão crítica sobre o patrimônio cultural, como se lê:

A Educação Patrimonial [...] baseia-se em princípios e metodologia que visam a sensibilizar e instrumentalizar os indivíduos de uma comunidade, no universo escolar e fora dele, crianças e adultos, para o reconhecimento, a compreensão e a valorização do seu patrimônio cultural. Nesse sentido a Educação Patrimonial objetiva a capacitação de uma comunidade para a descoberta e identificação de seus valores, de sua identidade cultural, de seus modos de fazer e de viver, de pensar e de agir, *a partir de suas experiências e do seu cotidiano*. Ao apropriar-se do sentido e da peculiaridade de suas manifestações, em todos os aspectos da vida diária, estes indivíduos tendem a modificar sua atitude em relação aos seus bens, tangíveis e intangíveis, a recuperar os sentimentos de auto-estima, auto-afirmação e cidadania. (p. 13, grifo nosso).

A quebra de paradigma proposto nesse exercício de Educação Patrimonial é a mudança do material externo (materiais indígenas) para o Bem Cultural Familiar. Tal conceito desenvolvido para essa proposta se baseia no conceito *Bem Cultural*, assim como a utilização do termo *familiar* ou *família*, do livro *Dicionário de conceitos históricos*, desenvolvido pelos autores Kalina e Silva (2008). A conceituação de Bem Cultural Familiar: evidência material ou manifestação cultural, seja de um objeto, seja um conjunto de bens, seja ele industrial, seja ele artesanal, uma manifestação de caráter folclórico ou ritual, tecnologia ou saber familiar, ou qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduo e sua família, tendo como base a família, termo promovido pelas ciências sociais que a compreende como sendo um fenômeno que ultrapassa a esfera biológica e ganha significados culturais, sociais e históricos. Composta

para além da família nuclear, engloba todos os indivíduos que circunvizinham e, dessa forma, compõem o *status* de família.

A oficina atual

A aplicação de oficinas de Educação Patrimonial ligadas à arqueologia apresentam-se no seguinte formato: iniciar os oficinandos na compreensão da evidência cultural e nos diferentes modos de analisá-la, levando-os a perceber o processo de reconstituição do passado, por meio de fragmentos e vestígios observados no presente. (MEDEIROS, 2010; SALADINO, 2010).

Apresenta-se aos alunos um objeto qualquer de cerâmica ou louça comum (vasos de cerâmica industrial, xícara, prato, bule, pote, caneca, etc.), por vezes, previamente quebrado em pequenos pedaços, dentro de um saco plástico transparente. Posteriormente, os alunos identificam esse objeto. Mesmo sendo uma resposta óbvia. O instrutor faz perguntas que leva à observação do material empregado, vestígios de decoração e formas de fragmentos. Seguindo, há a escolha de um dos fragmentos que permita uma fácil identificação. Novamente, perguntas são colocadas aos alunos levando-os a uma interpretação desse fragmento de evidência. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 34).

Repetindo o exercício com os demais fragmentos, os alunos podem vir a desenhá-los para tentar montar o quebra-cabeça ou reconstituir o objeto juntando os próprios fragmentos. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 34).

Também os discentes são levados a se imaginarem como arqueólogos em um futuro distante, sendo que a sala de aula ou o jardim da escola pode ser um sítio arqueológico, que será explorado para descobrir as pistas sobre a vida no fim do século XXI. Cada grupo de oficinandos deverá recolher, em um saco plástico, artefatos ou objetos que foram para o lixo na sala ou no pátio e, posteriormente, descreverão esses objetos, também discutirão a função e farão hipóteses de uso, como se não soubessem como era a vida em sua época. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 34).

Cada grupo apresenta aos demais suas hipóteses sobre o material encontrado. No fim da atividade, é possível fazer um painel, em classe, sobre as informações obtidas, a partir da análise do material recolhido, discutindo, ainda, tudo o que não está representado por esse material –



o que está faltando ou o que ficou pouco claro, a partir dessas evidências. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 34).

Também, por vezes, acrescenta-se a esse exercício objetos ou fragmentos indígenas sendo eles líticos ou cerâmicos. Os alunos também fazem um deslocamento virtual para tentar compreender a vida desses indivíduos. Também são acrescentadas palestras, apresentações de *slides*, filmes e fotografias e, mesmo sendo um exercício, que pode ser divertido e lúdico, estimula a criatividade dos alunos e também agrega as limitações e métodos arqueológicos a mundos passados, e ainda grifam como sendo dias “festivos”.

A nova proposta de oficina

Os passos utilizados dessa proposta de oficina de arqueologia têm como fonte primária, uma experiência piloto desenvolvida na Quarta Colônia que é formada pelos Municípios de Silveira Martins, Dona Francisca, Ivorá, Pinhal Grande, Nova Palma, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Restinga Seca e Agudo. A experiência envolveu 290 professores, 120 escolas, 2.985 alunos, pais e membros dessas comunidades e teve como regente o Professor José Itaquí, no ano de 1998. Essa proposta consistia de que os alunos fossem levados a considerar a questão do patrimônio, a partir dos objetos contidos no seu universo imediato, tais como: o quarto, depois a sala, para então observarem a casa, a comunidade e o município. Por meio das memórias pessoal e familiar, foram reconstruídos o passado e elaborado uma nova abordagem quanto à importância dos bens em seu redor, tanto culturais quanto naturais, enquanto o Professor José Itaquí investe na construção e reconstrução da memória, valorizando a arquitetura e as manifestações folclóricas e religiosas, dirigindo tais ações para uma vertente mais museológica.

O nosso campo do saber está voltado para a arqueologia. Sendo assim, a proposta de ação passa a ser os objetos e artefatos que estão no seio familiar, cujo conceito utilizado é: Bem Cultural Familiar. Esses objetos que são fragmentos da memória e revelam traços de momentos de gerações passadas, serão utilizados para empreender a oficina. A metodologia indicada é transposta para o tempo de aula; assim, se poderá utilizar um período de aula ou o turno todo, a depender da escolha do professor regente com o oficinairo/arqueólogo.

O planejamento desse tipo de atividade não pode ser informal, deve acompanhar cada uma das seguintes etapas:

1. Planejar a dinâmica da oficina preparando o material por meio de uma pesquisa para aplicação da oficina: texto em forma de diálogo (explicação do assunto), fotografia(s) em formato de apresentação, filme de curta duração (5 a 10 minutos em média). Também buscar material atual.
2. Assistir ao filme antes de apresentá-lo. Constatar as condições de apresentação: imagem, som e iluminação adequados.
3. Os equipamentos audiovisuais devem ter sido testados.
4. Estabelecer a data, o local e a duração da oficina com antecedência de 15 dias;
5. As acomodações para os oficinandos devem possibilitar conforto e atenção durante todo o tempo de exibição.
6. Os oficinandos devem receber informações sobre o conteúdo do que vão ver.
7. Escolher o melhor momento para intervir durante as observações feitas pelos oficinandos, para, assim, serem compreendidas e melhor aplicadas à temática. A sensibilização e informação são um dos objetivos da oficina.
8. O planejamento deve incluir um momento de relaxamento e reflexão, depois da imersão na apresentação.
9. Ter, pelo menos, duas pessoas durante a aplicação da oficina; assim, as respostas às questões são melhor explicadas.
10. O uso de ilustração para o tema: Educação Patrimonial, arqueologia e seus métodos, como é o trabalho do arqueólogo, o que é um bem patrimonial.
11. Divulgar os resultados em forma de relatório. Como a turma procedeu, quais perguntas foram mais recorrentes, quantas pessoas participaram da oficina. Avaliar como um todo a aplicação dessa experiência.

Após considerar esses passos, a primeira parte trata da apresentação da oficina na escola, dirigida ao grupo de professores, aos diretores e funcionários. O projeto deve ser apresentado com seus suportes teóricos e metodológicos. O ideal é que venha agregada uma identificação visual:



power point (ppt) e blocos com folhas impressas para cada participante, constando toda a sequência. O que se propõe é que esse educador se o sinta incluído nas dinâmicas propostas, fomentando a troca de informações e também o enriquecimento do capital intelectual. O efeito proporcionado por esse conjunto de ações está em levar o professor para dentro das oficinas como colaborador efetivo, sendo sua fala necessária, para que o aluno perceba o grau de importância e respeitabilidade entre o ministrante da oficina e seus professores, ou seja, esse docente, por ter sido contemplado em primeiro plano, não só estará apto à aplicação da oficina, como também proporcionará sua visão da oficina para esses oficinandos. A intenção é causar uma estranheza no que vem sendo aplicado atualmente.



No conceito anterior a essa proposta, o professor termina por ficar isolado da oficina, tanto no sentido de estar presente nos momentos da aplicação quanto em interagir com os alunos. As intervenções, por vezes, são somente para chamar a atenção do comportamento de um dos oficinandos, que não esteja voltado à proposta. Ao utilizar tal método, compomos a hierarquia da classe no nível intelectual. O professor intervém e pontua situações. O oficineiro será visto pela classe como contribuinte aos conhecimentos, e não, como detentor de conhecimento como tem acontecido. O dia “festivo” com o forasteiro passa a ser um dia de aula com acréscimo de conhecimentos específicos ou abrangentes.

Entre as considerações que pesam na aplicação das oficinas de arqueologia é o processo de escavação, devido ao fato de as escolas não terem um pátio adequado para receber tal processo; além disso, o trabalho de campo demanda mexer na terra o que causa sujeira nos calçados dos alunos e, ao voltarem para a sala de aula, terminam levando tais resíduos, o que, na percepção de muitos docentes, trata-se de motivo de relutância para empreenderem essas atividades.

Seguimos para o segundo momento: os aplicadores apresentam aos alunos/oficinandos uma série pontuada por palestra, esclarecimento dos conceitos de arqueologia de forma clara. Há, também, a inserção de fotos, *slides*, filmes de curta duração (entre 5 e 10 minutos), que privilegiem a imagem. Sem desmerecer os demais sentidos humanos, muitas disciplinas da ciência reconhecem que a visão e a linguagem visual são processadas com maior facilidade, emprestando esse desenho absorvido pelos olhos, com experiência, para outros centros cognitivos da mente. Conforme Costa (2005, p. 56), a leitura de imagens é tão importante para a cultura humana, pois ela se apresenta de forma tão

espontânea, ela é universal e aproxima as culturas. É claro que ela necessitará, nesse momento, de uma pedagogia do olhar, para não enganar, não transmitir algo que não é o que desejamos, mas por ter de ser de fácil memorização é o que pontuamos na linguagem dessa oficina.

Quanto aos filmes, realçamos que dependerá da estrutura da escola ou do local onde a oficina será empreendida, por isso, o uso de imagens em folhas avulsas ou em lâminas para serem mostradas em retroprojetores. Durante esse encontro, será explicado aos alunos que, ao voltarem as suas residências, deverão explorar o local com o olhar de pesquisador. Munidos do *Questionário do Pesquisador* (figura 1), buscarão bens culturais (objetos, fotos, materiais diversos que sejam relevantes à família) que traduzam a cultura deste núcleo e farão uma série de perguntas que levem a uma interpretação desse objetos ou fragmentos de evidência de seus antepassados ou de pessoas distanciadas no tempo e no espaço. Essa saída de campo, como diríamos, é uma saída no seu local de moradia, embora por vezes pareça ser de fácil leitura, plena de uma realidade cotidiana ou até amorfa, mas se mostrará com um universo de múltiplas variedades, de domínio, e multifacetada. Uma das características é o sentido de pertença, pois que esses pequenos locais são células de macrolocais que têm, sim, sua valia.

Nome:
Idade:
Nome dos responsáveis:
Bem Cultural Familiar (objeto/foto):
Tempo de aquisição (comprou/ganhou):
A quem pertencia na família?
Para que é utilizado?
É utilizado hoje para:
Quem utiliza?
De que material é feito?
Quais marcas o objeto tem?
Que significado tem para a família:

Figura 1: Questionário do Pesquisador
Fonte: Elaborado por Alexandre Matos.



As investigações efetuadas por esses oficinandos têm como objetivo explorar com ar investigativo os objetos materiais que são especiais para suas famílias, que tenham um significado de transpasse de uma geração a outra ou que lembrem gerações passadas. Também deverão questionar seus familiares ou responsáveis acerca do motivo de esse bem estar no seio familiar, de qual é sua relevância, de quando foi adquirido e de qual é o significado de perpetuação. Após, esses objetos, ou bens culturais familiares, serão levados até a escola e apresentados para a turma. É evidente que haverá bens que não poderão sair da residência devido ao seu valor monetário, seu peso ou até pelo risco de perda durante o retorno ao colégio; logo, será necessária a descrição deste bem material pelo aluno. Cada oficinando terá a oportunidade de contar a história de algum “Bem Cultural Familiar” e, também, como pano de fundo, a história da família. Há, ainda, a possibilidade de desenhar o objeto, e um familiar escrever os dados importantes para serem lidos pelo oficineiro e professor no dia da apresentação; assim, a oficina também contemplará o público infantil, transformando o lúdico em conhecimento enraizado. Há, contudo, de se administrar questões adversas, mas, ao surgir alguns bens materiais, isso já demonstrará que houve o rompimento do *status quo*.

O oficineiro e o professor podem e devem ser intermediadores dessa conversa, fazendo questões que levem à observação do material. Perguntas essas elaboradas por Horta, Grunberg e Monteiro (1999):

- Aspectos físicos. O que parece ser este objeto? Que cor tem? Que cheiro tem? Que barulho faz? De que material é feito? O material é natural ou manufaturado? O objeto está completo? Foi alterado, adaptado ou consertado? Está em uso?
- Construção. Como foi feito? Onde foi feito? Foi feito à mão ou à máquina? Foi feito em uma peça única, ou em partes separadas? Com uso de molde ou modelado à mão? Como foi montado (parafusos, pregos, cola ou encaixes)?
- Função. Para que foi feito? Quem o fez? Para que finalidade? Como foi ou é usado? O uso inicial foi mudado?
- Forma (*design*). O objeto tem uma boa forma? É bem-desenhado? De que maneira a forma indica a função? Ele é bem-adequado para o uso pretendido? O material utilizado é adequado? É decorado, ornamentado? Como é decorado? O que a forma e a decoração indicam? Sua aparência lhe agrada?

- 
- 
- 
- Valor. Quanto vale este objeto para as pessoas que o fabricaram? Para as pessoas que o usam (ou usaram)? Para as pessoas que o guardaram? Para as pessoas que o venderam? Para você? Para um banco? Para um museu?
 - Outras verificações. Qual a dimensão? Qual o peso? Que idade provavelmente tem? E mais velho em relação a quê? Qual o objeto mais antigo da sala? Quais são as marcas do tempo (ações de intempéries: submetido a ar, terra, água e fogo). Trata-se de um objeto consonante com os padrões atuais de materiais, ou seja, politicamente correto? (p. 14).



Durante a apresentação, o oficineiro vai introduzindo palavras-chave, que são artefatos, estruturas e ecofatos, para familiarização da classe com a terminologia que é utilizada na disciplina de arqueologia. Recorre-se muito a conceitos da apresentação anterior, feita no primeiro encontro. Também podem-se escolher alguns desses objetos para terem suas descrições questionadas por todos da classe.

O exercício de escolha ou eleição de bens culturais auxiliará na compreensão de estilos, formas, funções, características, tipologias e épocas diferentes que são eleitos por uma comunidade ou por agentes que detêm o poder, quando tornam os bens culturais uma memória coletiva que pode ser apresentada até em museus.



Conclusão

Por fim, o resultado pretendido com essa proposta é iniciar o aluno na compreensão da evidência cultural e nos diferentes modos de analisá-la, levando-o a perceber o processo de reconstituição do passado, por meio dos objetos, fragmentos e vestígios. A experiência poderá ser utilizada como preparação para o estudo de qualquer evidência, desde objetos museológicos até monumentos em ruínas ou sítios arqueológicos. Assim o dia “festivo” passa a ter raízes por ir ao encontro de objetos e materiais que promovem a cultura familiar e que são significativos para uma comunidade, gerando em “cascata” o respeito ao patrimônio como um todo.

A oficina torna-se um espaço de comunicação em que as diferenças se amenizam aproximando o erudito do popular, o tradicional do novo,



o arqueólogo e/ou professor do aluno. Um lugar de convergências em que as mais diferentes linguagens possam se integrar umas às outras, transformando pessoas, desenvolvendo harmonias entre educadores e educandos.

A perspectiva apontada não deixa dúvidas de que a intenção está em fazer o aluno se apropriar do conhecimento produzido, não pelas elites intelectuais e conservadores, mas a partir do núcleo familiar e daí ganharem a rua, o bairro, a comunidade e a sociedade como um todo. Transformar esse sujeito na sua própria história, fazendo sua escavação interna, utilizando métodos arqueológicos para o resgate da memória, mas antes de tudo, de um ser que é fruto de seus antepassados.



Referências

- BASTOS, Rossano Lopes. O papel da arqueologia na inclusão social. In: LIMA, Tânia Andrade. O patrimônio arqueológico: o desafio da preservação, *Revista do Patrimônio*, n.33/, p. 289-303, 2007.
- COSTA, Cristina. *Educação, imagem e mídias*. São Paulo: Cortez, 2005.
- HORTA, Maria de L. P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Iphan; Museu Imperial, 1999.
- GOMES, Juliane Maria Puhl. Arqueologia na sala de aula: ressignificando conceitos. In: CONGRESSO DE EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 2010. Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2010.
- ITAQUI, José. *Educação Patrimonial: a experiência da Quarta Colônia*. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- KALINA; SILVA, ...
- MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação Patrimonial: orientações para professores do Ensino Fundamental e Médio*. Caxias do Sul: Maneco, 2004.
- MATOS, Alexandre Pena. *Educação Patrimonial nas escolas e empreendimentos arqueológicos: a cultura material nos Bens Culturais Familiares*. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA – ANPUH-RS, 10., 2010, Rio Grande do Sul. *Anais...* Rio Grande, 2010.
- ITAQUI, José. *Educação patrimonial: a experiência da Quarta Colônia*. Santa Maria: Pallotti, 1998.
- MEDEIROS, Natacha Bueno. *Educação Patrimonial em museus de arqueologia: o patrimônio cultural ao alcance da sociedade*. Disponível em: <[http://muarq.ufms.br/encontro_arqueologia/trabalhos/3.%20 Educa cao%20pa trimonial%2 0em% 20museus.pdf](http://muarq.ufms.br/encontro_arqueologia/trabalhos/3.%20Educa%20cao%20pa%20trimonial%20em%20museus.pdf)>. Acessado em: 31 jul. 2010.
- MORAES, Allana Pessanha de. Educação Patrimonial nas escolas: aprendendo a resgatar o Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf>. Acessado em: 31 jul. 2010.
- SALADINO, Alejandra. *Arqueologia Patrimonializada e desenvolvimento social: perspectivas no Brasil e em Portugal*. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/58/72>>. Acessado em: 31 jul. 2010.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SOARES, André L. R.; KLAMPT, Sérgio C. (Org.). *Educação Patrimonial: teoria e prática*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.



_____; MACHADO, Alexander da Silva; HAIGERT, Cynthia Gindri; POSSEL, Vanessa Rodrigues. *Educação Patrimonial: relatos e experiências*. Santa Maria: UFSM, 2003.

VIEIRA, Elaine; VOLQUIND, Lea. *Oficinas de ensino? O quê? Por quê? Como?* 4. ed. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

